



“REPENSANDO A INDEPENDÊNCIA NO CEARÁ”

José Airton Ferreira da Costa Júnior¹

Integrando as publicações da *Coleção Alagadiço Novo*, projeto editorial da Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, e situado na série *Interpretes do Ceará* (subdivisão da referida coleção) o presente trabalho, “*Independência e formação do Estado Nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)*”, buscou propor novas visões a respeito da construção do Estado Nacional na província em meados dos Oitocentos. Estruturalmente, o livro conta com duas reflexões de cunho mais editorial sobre a *Coleção Alagadiço Novo*: uma do ex reitor da Universidade, José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque, e outra do presidente do conselho editorial, Paulo Elpídio de Menezes Neto. O prefácio é do professor do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, Marcelo Cheche Galvez, e há uma apresentação dos organizadores dando dimensão das reflexões propostas. Após isso, o leitor tem acesso aos seis capítulos que compõem o livro. Ao final do volume há uma lista dos títulos publicados pelo projeto editorial e informações sobre os autores.

O livro tem por objetivo propor uma nova interpretação a respeito do processo de Independência e da formação do Estado Nacional no Ceará. Apesar dos capítulos tratarem especificamente desta província, as questões abordadas podem ser pensadas para as demais, guardadas as devidas peculiaridades. Diferentemente da historiografia tradicional, os trabalhos aqui desenvolvidos não buscaram reafirmar narrativas de unidade prévia ou enaltecer a figura dos “grandes heróis”. Esse tipo de interpretação, com origem no século XIX, foi por muito tempo a corrente hegemônica a respeito da temática, tanto a nível nacional quanto nas produções das próprias províncias e, posteriormente, dos Estados. No Ceará, exemplo nesse sentido foi produzido pelo Instituto do Ceará, cujas interpretações tenderam a enaltecer a adesão da província a causa da Independência (mesmo que tal adesão não tenha se dado de imediato); construiu as análises em torno

¹Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professor Assistente do curso de História da UECE-FAFIDAM. E-mail: costa.junior@uece.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/0611461436907804>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1349-0649>.



de determinadas figuras que foram “heróis” (ou heroínas, como, por exemplo, Bárbara de Alencar), todos pertencentes aos extratos sociais mais elevados da então sociedade colonial e, posteriormente, imperial. Elementos oriundos das camadas sociais mais pobres também apareceram nesses escritos. Contudo, sua presença se deu forma bastante limitada: acabaram sendo descritos de forma pejorativa, sem maiores reflexões a respeito.

Contrapor-se a essa historiografia local a respeito do Ceará, bem como aquela que pretende uma abordagem mais nacional foi o objetivo do presente trabalho, *Independência e formação do Estado Nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)*. No decorrer da leitura dos capítulos o leitor observará que o cerne das análises recaiu sobre os chamados “excluídos da história”. Indígenas, mestiços, pobres livres e toda uma série de sujeitos até então marginalizados por pesquisas anteriores ganham espaço e suas ações no contexto dos anos 1820 nos ajudam a ampliar nossa percepção do que foi o processo de Independência. A análise e o estudo das ações desses segmentos sociais a determinados projetos de Estado, seus impactos e transformações em suas vidas permite compreender melhor a dimensão daquele período. Nesse sentido, o presente livro se insere numa leva historiográfica que tem revisto determinados pressupostos a muito estabelecidos a respeito da Independência: que a transição da colônia para o Império foi um processo pacífico, sem instabilidades e questionamentos dos diferentes segmentos sociais envolvidos; que o processo foi mediado pelas elites provinciais, sem influências dos setores populares e sua efetiva participação; que a “herança colonial” sobrepôs as mudanças introduzidas com o novo tipo de Estado que o Império inaugurou, dentre outros mais. Abordaremos isso a seguir ao tratarmos dos capítulos presentes no livro.

O primeiro capítulo, “*Constitucionalismo e independência do Brasil no Ceará (1820-1822)*”, de Reginaldo Alves de Araújo, analisa as implicações do movimento Constitucionalista de 1820 na então capitania do Ceará e a posterior adesão a “causa da Independência”. De início, o capítulo traz uma questão interessante: as notícias vindas de Portugal foram recebidas de formas distintas na capitania. No Sul, a chamada população pobre e livre (composta por indígenas, libertos, mestiços), ao tomar conhecimento das propostas referentes a diminuição dos poderes do Rei, interpretaram isto como uma possibilidade de reescravização; da exploração exaustiva de sua mão de obra; da usurpação das terras por alguns setores das camadas superiores da



sociedade. Para as camadas mais pobres, a Coroa representava uma barreira de proteção contra senhorios locais.

Na parte noroeste da capitania, em Sobral, parte da população escravizada chegou a considerar sublevar-se, pois interpretou que a questão da liberdade nos discursos constitucionalistas podia ser estendida para abolir a escravidão. Em Fortaleza, capital da Capitania, notícias do constitucionalismo levaram a deposição do então governador, Francisco Alberto Rubim, após um motim da Tropa de Linha apoiada pelos vereadores da cidade. Essas reações distintas já nos permite ter ideia das disputas entre diferentes setores sociais e da complexidade daquele momento histórico.

As possíveis transformações, com o advento do movimento constitucionalista, não afetariam apenas a população mais pobre, mas também significavam ameaças para setores da elite local. Essa foi outra questão abordada no capítulo a partir da compreensão das ações e das posições assumidas pelo capitão mor do Crato, José Pereira Filgueiras, durante esses anos. É comum vermos na historiografia local uma caracterização de Pereira Filgueiras enquanto homem rústico e carente de ilustração. Contudo, segundo Reginaldo Araújo, o então capitão mor fez uma leitura interessante da conjuntura em questão e agiu de modo a preservar sua posição.

De acordo com o autor, as mudanças propostas pelas Cortes reunidas em Lisboa e o fato do governo da província ter sido, momentaneamente, monopolizado pelas câmaras de Fortaleza e do Aracati, sem a presença das demais, ameaçavam as bases de poder dos senhores sertanejos, pois poderiam modificar as formas de acesso futuro a diversos cargos e até mesmo revogar as patentes militares que eram confirmadas pelo Rei.

Assim, podemos compreender que a adesão de Filgueiras a “causa do Brasil” e da figura de Pedro como futuro imperador tinha objetivo de manter suas prerrogativas locais inalteradas, ou com as menores mudanças em relação ao que estava consolidado desde o período colonial. Desta feita, a ideia de um monarca forte que pudesse interceder junto aos seus súditos contra a exploração de segmentos locais também era bem vista pela população pobre livre. Esta última, importante ressaltar, compôs a força arregimentada por Filgueiras para depôr o governo instalado na capital e, posteriormente, ajudou a expulsar as tropas portuguesas remanescentes no Piauí e no Maranhão. Entretanto, as ações de Filgueiras, especialmente de sua tropa, até a marcha para Fortaleza não foi bem vista por todos, notadamente os criadores de gado, pois suas criações serviram para a manutenção desse “exército do sertão” sem a contrapartida dos pagamentos devidos. Essa “má”

lembrança seria retornada poucos anos depois, durante as perseguições aos confederados e traria consequências tenebrosas para o próprio Filgueiras.

O segundo capítulo do livro, “*A fabricação de um interior para o Brasil – o alto sertão e as lutas de independência*”, da historiadora Ana Sara Cortez Irffi não tem como foco principal trabalhar a questão do espaço, apesar de seu título, mas compreender as ações da população pobre, livre ou não, denominados “cabras” que ocuparam o do sul da província do Ceará no início da década de 1820. O texto parte do questionamento sobre as percepções a respeito do território brasileiro enquanto espaço determinado, perceptível aos seus habitantes. Nesse sentido, as reflexões da autora se contrapõem a certas produções historiográficas, segundo as quais o Império do Brasil era um território coeso e que a ideia de “Brasil” existia antes mesmo deste vir a se constituir enquanto corpo político independente.

Relatos de habitantes do Ceará oitocentista, registrados por viajantes, demonstravam que a sua concepção de “Brasil” limitava-se a uma circunscrição que não ultrapassava a localidade na qual viviam e, no melhor dos casos, ao espaço da própria província. Noutros vestígios a noção de “Brasil” era inexistente. Essa discussão é um elemento importante nos debates sobre os nacionalismos e a construção dos Estados Nacionais modernos, especialmente quando se compreende que eles resultam de diferentes processos, sua consolidação demanda tempo bem como a própria identificação de seus habitantes com essa ideia de comunidade mais ampla.

Feita esta primeira discussão, as reflexões da autora passaram à análise dos habitantes da região sul da província. Ana Sara buscou desmistificar interpretações consolidadas na historiografia tradicional sobre àqueles sujeitos. Àquelas caracterizaram esses povos como fanáticos desprovidos de ação própria através de justificativas científicas como, por exemplo, a determinação do meio no qual habitavam marcado pelo atraso e pobreza decorrentes das condições naturais. Partido do episódio dos chamados “cerca Igrejas” para problematizar essa visão, a pesquisadora voltou sua atenção às populações dos chamados “sertões”, especialmente como aquelas reagiram a conjuntura das disputas geradas pelo constitucionalismo e, posteriormente, pela independência dentro das suas experiências e universo mental.

A defesa da figura forte de um monarca; o bloqueio e intimidação para evitar a realização de eleições para os representantes nas Cortes de Lisboa; a defesa da figura de Pedro I não foram fruto da manipulação daquelas populações por parte de outros segmentos. Suas ações decorreram da



“leitura” da situação, pois as mudanças ameaçavam toda sua estrutura de vida. Para a historiadora, isso facilitou a forma pejorativa de sua taxaço, pois os primeiros escritos nesse sentido (dados do século XIX) foram feitos por indivíduos considerados seus inimigos, pois defendiam as mudanças que lhes ameaçavam. Assim sendo, as discussões deste capítulo permitem ao leitor outra visão para além daquela consolidada por uma historiografia anterior e a repensar as ações dos “cabras” para além do chamado fanatismo.

Os dois primeiros capítulos trataram tanto de setores das elites quanto das populações mais pobres de forma mais geral, sem focar, especificamente, em uma delas. O capítulo terceiro e quarto do livro tiveram como objeto de análise as vilas de índios e as respectivas populações. Vejamos a seguir as questões particulares a esse segmento social, suas demandas e seus desafios naquele contexto.

O capítulo terceiro, “*Nobres da ínfima plebe – a Câmara Municipal da vila de índios de Monte – Mor o Novo e a independência do Brasil*”, de João Paulo Peixoto buscou compreender as ações e as articulações da população indígena daquela vila (atualmente município de Baturité) nas primeiras décadas do século XIX, em especial nos anos de 1820. Logo de início, o autor apresenta o que foram e representaram as câmaras para o contexto colonial. Outra discussão, complementar a essa primeira, e inerente a temática do capítulo, foi sobre a criação do Diretório dos Índios em meados do século XVIII no período pombalino. O Diretório objetivava a integração das populações nativas a sociedade colonial em termos ambíguos: ao mesmo tempo que o governo metropolitano reconhecia as populações indígenas como súditos legítimos da Coroa (a semelhança de outras categorias), o que, dentre outras coisas, conferia a possibilidade de autogoverno através da criação das vilas e as respectivas câmaras com a inserção dos indígenas nas funções camarárias, tais populações também deveriam estar submetidas a um Diretor, posto que eram vistas como incapazes, e tinham a obrigatoriedade de alugar sua força de trabalho para os não indígenas.

O autor percebeu que os indígenas dessas vilas paulatinamente perdiam espaço nas suas próprias câmaras para indivíduos “não naturais” (não indígenas). Isto era preocupante, pois essas populações tinham a noção de que esse processo restringia os poucos espaços de interlocução que detinham com a Coroa, espaços esses que serviam para reivindicar o reconhecimento enquanto súditos, garantia a posse das terras, a permanência nelas, o combate a exploração de sua mão de obra e a prevenção de maus-tratos. A chegada das notícias sobre o movimento Constitucionalista na vila



de Monte – mor o Novo se deram num momento envolto de insegurança. Falas agressivas contra os indígenas; disputas com extranaturais que se apossavam de parte de suas terras; danificação de suas lavouras; exploração da sua mão de obra ocorreram logo antes do movimento desencadeado no Porto. Tudo isso assumiu um tom ainda mais dramático devido a incerteza da continuidade, ou não, do Diretório. O desenrolar das discussões ocorridas em Lisboa seria crucial para o futuro das populações indígenas.

Essas questões também estão presentes no quarto capítulo do livro, “*Cidadania e direitos indígenas no Ceará pós-independência – a transferência dos índios Paiaku de Montemor, o velho*”, de Marcos Felipe Vicente. Aqui, uma diferença marcante em relação ao capítulo anterior diz respeito ao fato dos Paiakus terem enfrentado um processo de transferência para outra vila de índios: Messejana. Tal ação era justificada, pelos não indígenas, devido ao alegado baixo número de Paiakus ainda existentes na localidade, portanto sua transferência para Messejana reforçaria o número de indígenas daquela vila indígena. Isto teria várias consequências desastrosas para a comunidade dos Paiakus, pois a transferência significava também a perda de suas terras e bens; a extinção da vila indígena (diminuindo sua capacidade de interlocução com o Estado e a resistência aos não índios); mas principalmente a possibilidade de desagregação da identidade da etnia.

Segundo o autor, apesar da política de integração promovida pelo Diretório ser ambígua, ela foi um fator importante para a construção de uma identidade da população Paiaku. Os referenciais da população estavam ligados tanto aos seus costumes quanto a construção de uma memória coletiva a partir do pertencimento ao território que compunha a vila de Montemor, o Velho. Nesse sentido, para além das disputas por suas terras e bens, a identidade da comunidade e sua forte ligação com o território foi o fator pelo qual àqueles indígenas se organizaram para tentar fazer frente as transformações advindas com o Constitucionalismo vintista e, posteriormente, quando do processo de Independência e a construção de um Estado Nacional brasileiro. Apesar dos esforços empreendidos, os Paiakus acabaram sendo transferidos para a vila de Messejana (pelo argumento de seu diminuto número e acrescido da justificativa que pressupunha “que todos os indígenas seriam iguais”). Mas essa transferência não significou resignação por parte da etnia, uma vez que, ao longo da década de 1820, diversas vezes pleitearam a volta para suas terras com base em aspectos da Constituição (outorgada) de 1824, partes da política do Diretório (que ficara num “limbo” jurídico) e na justificativa de seu vínculo com a terra de origem na referida vila.



Seguindo nessa temática de discussão e problematização da construção de identidades, outro trabalho que buscou refletir sobre isso foi o quinto capítulo do livro, intitulado *O “ser brasileiro” nas páginas d’Spectador Brasileiro e no Diário do Governo do Ceará*, de Francisco Weber Pinto Porfírio que buscou compreender como esses dois periódicos, através de suas páginas, promoveram a construção de uma identidade brasileira para o nascente Império do Brasil.

O historiador inicia as discussões do capítulo através do debate sobre os conceitos de “pátria” e “nação”. Essa opção não é por acaso. Ao apresentar e problematizar a historicidade de ambos, o autor desconstruiu a noção, há muito consolidada na historiografia, de que o Brasil, enquanto nação, já existia antes mesmo de sua independência. Como podemos ver na discussão empreendida, entre o final do século XVIII e meados do século XIX essas noções ainda eram muito localizadas, no sentido de restringirem-se aos locais de nascimento da maioria das pessoas, não correspondendo, ainda, há uma ideia de Estado e território mais amplos. Ainda nesse sentido, Weber Porfírio se valeu dos pressupostos de Benedict Anderson a respeito do conceito de “nação” (que toda nação é uma comunidade imaginada) o capítulo teve como objetivo perceber essa “imaginação” a partir de dois periódicos específicos: *Spectador Brasileiro* e o *Diário do Governo do Ceará*.

O jornal *Spectador Brasileiro* foi editado pelo tipógrafo francês Pierre Plancher. Este veio para a então América Portuguesa em meados do século XIX levantando suspeitas devido seu passado bonapartista. Após audiência com D. Pedro I, Plancher conseguiu a permissão para exercer suas atividades, obtendo o título de Impressor Imperial e seu jornal encampou a defesa do governo de Pedro I. O *Diário do Governo do Ceará*, por seu turno, foi editado pelo chamado “padre Mororó”, alcunha dada a Gonçalo Ignácio de Loiola Albuquerque e Melo, religioso formado no Seminário de Olinda e que tinha se postado contra os republicanos em 1817, mas, no início dos anos 1820, tomou parte como oposição ao governo de Pedro I. É importante destacar: as edições analisadas foram impressas durante uma disputa por um projeto de Brasil. De um lado aquele proposto por Pedro I, de um Estado centralizado e com a forte presença do Executivo, de outro a alternativa a ser construída pelo movimento da Confederação do Equador, baseada numa ideia de Estado mais federativa, com maior autonomia local.

A análise do capítulo centrou-se nas opiniões emitidas pelos jornais, principalmente as correspondências ali publicadas de alguns leitores. Um ponto que marcou uma diferenciação explícita entre *Spectador Brasileiro* e o *Diário do Governo do Ceará* foi a defesa de suas posições.



A publicação de Plancher primou pela defesa incondicional do modelo de governo adotado por D. Pedro I e desqualificou qualquer posição contrária a isso. Por sua vez, apesar de defender uma posição alternativa àquela proposta pela corte no Rio de Janeiro, o Diário do Governo do Ceará abriu margem para opiniões contrárias as suas.

Partindo disso, o capítulo permite compreender que o ideal do “ser brasileiro” nas publicações d’*Spectador Brasileiro* era a construção de um indivíduo que se identificasse, sem questionar, e defendesse o projeto de Brasil proposto por D. Pedro I, alguém que primasse pela estabilidade e fosse avesso a propostas que resultassem em instabilidade e anarquia. As páginas do Diário do Governo do Ceará, por outro lado, propunham que o “brasileiro” era aquele que lutava por sua liberdade contra os grilhões. Esses grilhões não diziam respeito a abolição da escravidão, mas uma alusão a não se submeter a um governo que passasse por cima das liberdades de seu povo. Essa concepção do Diário do Governo do Ceará estava muito ligada aos últimos acontecimentos como, por exemplo, a dissolução da Assembleia Constituinte, a outorga da Constituição, a falta de autonomia provincial.

Podemos perceber isso noutra discussão também levantada pelo autor: a presença feminina nesses periódicos. A exemplo de outros jornais editados ao longo do século XIX, os periódicos aqui analisados também buscaram estimular a formação dessa consciência “nacional” através de diferentes mecanismos. Assim sendo, ambos os jornais tiveram em comum o destaque do papel das mulheres como a primeira e mais importante instância no processo de formação das novas gerações. Na publicação de Plancher, o papel da mulher seria o de incutir nas crianças os valores de obediência e amor ao Império, suas instituições e a Constituição. Através de exemplos no próprio jornal, o editor defendia essa educação sentimental para a formação de um brasileiro ideal, leia-se: contrário a alternativas que fossem vistas enquanto desestabilizadoras da ordem social instituída, como visto anteriormente. No Diário do Governo do Ceará, as menções as mulheres foram muito pontuais, mas seu papel deveria ser o de estimular os homens a não se submeterem a perda de suas liberdades. Em linhas gerais, a leitura do capítulo permite compreender que para além da disputa de projeto de Brasil, os dois periódicos também apresentavam modelos diferentes de “brasileiro”, sendo este último resultado direto do projeto que sobressaísse vencedor.

O sexto, e último capítulo do livro, intitulado “*Um marco inconveniente: a formação do Exército imperial brasileiro*”, de José Airton Ferreira da Costa Júnior, propôs discutir o marco



institucional da formação do Exército brasileiro. De maneira similar a historiografia mais tradicional sobre a Independência, especialmente quando se projeta uma existência do Brasil antes mesmo da separação de Portugal e da construção do Império, o Exército brasileiro, de acordo com o autor, também se utilizou dessa estratégia em relação a demarcação do momento constituinte de sua existência. Para o pesquisador, essa escolha não foi por acaso, pois da mesma forma que a citada historiografia sobre a Independência, a opção por essa “escrita da história” institucional, elaborada nos anos 1990, também possuiu fins semelhantes àquela. Ao abordar a criação desse marco, estabelecido no século XVII na Batalha de Guararapes, Costa Júnior observou a motivação por parte da força militar de criar uma narrativa de unidade para si e, também, legitimar seu papel de tutora do próprio Estado, uma vez que, os interesses do Exército seriam os mesmos da Nação.

De acordo com o autor, essa narrativa é fictícia em vários pontos quando analisada a partir dos vestígios históricos, mas para os fins da análise aqui pretendida nos deteremos em dois deles. O primeiro está relacionado a inexistência da ideia de Brasil no período colonial, como debatemos ao longo desta resenha; o segundo, a pretensa “unidade” da força, não se sustenta, pois ao longo do Império e da República vários foram os episódios de disputas internas entre diferentes segmentos da própria força. Nesse sentido, da mesma forma que uma historiografia sobre a Independência e a construção do Estado nacional, que buscou minimizar as contradições, disputas e projetos, essa “História” pensada pelo Exército teria o mesmo objetivo, projetar uma ideia de estabilidade e tradição que remontaria séculos, mas a partir de uma análise mais detida, não teria sustentação.

Portanto, as problematizações seguintes foram pensar os motivos pelos quais não seria interessante para àquela instituição demarcar o período da Independência para sua origem. Dentre eles, a mais interessante, para o autor, as disputas entre diferentes categorias de militares nos anos de 1820. Para Costa Júnior, as indefinições sobre o que seriam das capitânicas, posteriormente províncias, por conta do movimento Constitucionalista e da possibilidade de uma separação de Portugal, muitos militares dividiram suas lealdades e apoios a algum dos projetos políticos que se apresentavam (como pôde ser visto em relação ao primeiro capítulo quando foi discutido as ações de Pereira Filgueiras). Além disso, não foram incomuns episódios de insubordinação entre militares de patente mais baixa contra seus superiores, como no caso das tropas indígenas das vilas de índios, que se revoltaram contra os desmandos de extranaturais e precisaram ser contidos por outras forças militares vindas de fora.



Assim sendo, esse quadro não condizia com os interesses de uma instituição buscando projetar profissionalismo e estabilidade, além de querer se desvincular das lembranças recentes de intervenções na política. A partir de um modelo historiográfico já consolidado, como o era o da Independência (até então), o Exército brasileiro construiu uma narrativa que ocultasse aquilo que não lhe convinha no momento. Portanto, a problematização dessa historiografia relativa a formação do Império também pode ser estendida para percebermos seus usos por outros sujeitos, não necessariamente exclusivas para pensar os “grandes construtores do Brasil” reforçando a necessidade de desconstruir certas interpretações que envolvem o período.

Em linhas gerais, a proposta dos capítulos do livro versou na compreensão da trajetória e das ações de sujeitos históricos, em sua maioria, subalternos. As questões e disputas aqui estudadas não encerraram em 1822. Pelo contrário, muitas delas continuariam presentes nos anos seguintes, como bem o mostra a Confederação do Equador em 1824. Assim sendo, as análises empreendidas pelos autores nos permitem compreender que o estopim para o movimento de 1824 não fora, apenas, a imposição de uma Constituição por parte de Pedro I, mas deveu-se a toda uma conjuntura anterior.

Como todo trabalho, esse também tem seus limites. Apesar de trazer discussões pertinentes para se repensar a atuação de determinados grupos na temporalidade em questão, outros, por seu turno, acabaram não sendo contemplados de forma direta, como foi o caso dos escravos, libertos existentes na província. A participação das mulheres, de diferentes extratos sociais, também foi outra ausência. Todavia, alguns dos capítulos trazem apontamentos sucintos para se pensar nesses outros indivíduos. Assim sendo, esse limite não representa um ponto necessariamente negativo em relação ao trabalho, mas acaba servindo muito mais como um estímulo, pois demonstra a possibilidade (e necessidade) de novas pesquisas sobre esse período em questão. Desse modo, a historiografia a respeito da temática não está “fechada”, mas em processo de construção e a espera de novos pesquisadores para ampliar a compreensão, sob outras perspectivas, daquelas experiências históricas.

REFERÊNCIA:

IRFFI, Ana Sara Cortez; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. (org.). **Independência e formação do Estado Nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022. p. 240.



Recebido em 30 de novembro de 2024.

Aceito em 17 de dezembro de 2024.

Publicado em 28 de janeiro de 2025.

